

O realismo cambial e a indexação generalizada

Rubens Penha Cysne

A TRAVÉS de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, tem-se produzido no Brasil a sensação de um poder de compra maior que o realmente existente, criando-se uma ilusão paga através de ineficiência na alocação de recursos e endividamento externo. É preciso que não apenas assalariados, mas também capitalistas, se conscientizem da necessidade premente de uma queda de sua remuneração real em termos dos bens importáveis e exportáveis, o que, no jargão econômico, equivale a uma desvalorização real da taxa de câmbio.

A necessidade de conscientização e aceitação deste fato decorre da sombria alternativa que se lhe contrapõe. Dada a necessidade de ajuste de nossas contas externas, a ser conseguido através da obtenção de superávits sucessivos em nossas transações comerciais, a única alternativa à uma desvalorização real do câmbio seria a manutenção, por tempo indeterminado, do atual purgatório recessivo, de resultados muito mais danosos para assalariados e capitalistas como um todo.

Este mecanismo alternativo pode ser acionado de duas formas. Na primeira, a queda do nível de atividade, obtida através da redução do déficit público, produz como resultado uma queda das importações por efeito renda. Na segunda, é o declínio das importações, resultante da imposição de cotas e restrições quantitativas, que impõe a recessão, pela retração dos setores que fazem uso de insumos importados, dos compradores destes e assim por diante. De uma forma ou de outra, não há como se escapar a um aumento de desemprego e insatisfação geral.

Mesmo no caso de utilização do instrumento cambial, é inegável que o esforço a ser realizado é maior do que aquele necessário, caso outros países não estivessem atualmente lançando mão da mesma medida e atravessando um período de semelhante retração econômica. Esta constatação contudo, embora possa lançar bases à necessidade premente de se estabelecer um meio de pagamento internacional alternativo ao dólar, não elimina a obrigação de se proceder o necessário ajuste imediato das contas externas.

Ao se atestar a necessidade de desvalorização cambial, surge o problema da indexação generalizada da economia brasileira, impedindo, a menos de defasagens de ajustamento, que alterações no valor nominal da taxa de câmbio se transformem efetivamente num encarecimento interno dos bens transacionáveis com o exterior. Esta indexação está presente não apenas na política salarial, mas também na lei do inquilinato (na qual já se operou alguma transformação), na remuneração de diversos ativos financeiros etc...

O mecanismo cambial lembra, em termos operacionais, a utilização do horário de verão. Neste, ao invés de se modificarem todos os horários, atrasam-se de uma hora os ponteiros dos relógios. O efeito total no entanto seria nulo, se paralelamente ao atraso dos relógios, todos os horários fossem adiantados de uma hora. O mesmo sucede com a taxa de câmbio. A necessidade de ganho de competitividade nos mercados internacionais impõe uma queda no preço dos bens domésticos, em relação ao preço dos bens cotados em dólar. Para isto, ao invés de uma remarcação dos preços de todos os bens domésticos, simplesmente opera-se uma queda no poder aquisitivo do numerário no qual estes preços se expressam ou seja, o cruzeiro.

Lembrando a tentativa inócua de implementação de horário de verão, quando não apenas os relógios, mas também os horários são alterados, nenhum efeito líquido ocorre se, após a desvalorização nominal, salários, juros, lucros e aluguéis são corrigidos na mesma proporção, através de um sistema de indexação generalizada. Poder-se-ia imaginar que, como os produtos importados e exportados compõem apenas uma parte do total de produtos envolvidos no cálculo do índice de custo de vida, a alteração dos custos domésticos não seria suficientemente alta a ponto de impedir uma alteração dos preços relativos.

Ocorre, contudo, que o aumento inicial da remuneração aos fatores de produção também será incorporado futuramente aos índices de preços, o que, ao final de iterações sucessivas, ocasionará um aumento dos preços internos equivalente à desvalorização cambial inicialmente operada. Não se consegue, desta forma, nenhum ajuste de preços relativos, mas apenas um crescimento do nível geral de preços.

Como, na prática, estes reajustes não se dão instantaneamente, demandando-se um certo tempo para que se concretizem as sucessivas iterações, abre-se um certo espaço para a política cambial, às custas, como se viu, de uma colaboração autônoma e crônica ao processo inflacionário.

Neste contexto, a atual proposição de se desatrelar a desvalorização cambial da correção das ORTNs, numa tentativa de se conseguir uma desvalorização real dada pela diferença entre as duas últimas acrescidas da inflação externa, não constitui a melhor forma de atacar o problema. Isto porque a desvalorização elevada de hoje se embutirá no índice de preços de amanhã, e assim por diante. É como se, numa corrida onde ambos os concorrentes são amarrados por corda, tentássemos separá-los aumentando a velocidade do que vai à frente.

Na busca da realidade cambial que se faz necessário, cabem responsabilidades tanto ao Governo quanto à comunidade em geral. Ao Governo cabe, antes de mais nada, transmitir àqueles que tomam decisões de produzir a necessária certeza a respeito da estabilidade e durabilidade do objetivo cambial a ser alcançado, bem como prover condições para que tais certezas não se frustrem. Neste sentido, o primeiro passo seria operar uma redução no grau de indexação da economia, tentando minimizar os problemas distributivos de curto prazo que tal medida em geral acarreta. Um processo deste tipo só pode ser bem sucedido se for implementado de forma abrangente e generalizada, pois caso contrário o que se consegue é apenas transferência de renda e fatores produtivos de um setor para outro.

Cabe também ao Governo reduzir o seu déficit orçamentário, de forma a não pressionar as taxas de juros acima do nível imposto pela necessidade de captação externa, como tem ocorrido atualmente.

Aos agentes econômicos cabe a adoção de uma posição sensível aos ajustes (anteriormente descritos) que se fazem necessários, bem como um questionamento, junto ao governo, de uma distribuição equitativa da cota de sacrifícios à qual a sociedade terá de se submeter.

Rubens Penha Cysne é engenheiro químico e doutorando pela Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV. Vencedor do Prêmio Losango de Apoio a Teses em Economia com o projeto de dissertação doutoral Políticas de Estabilização no Brasil 65/67 x 80/82.